

SOLANO CONSTÂNCIO E SOARES BARBOSA: EMBATES GRAMATICAIS

SOLANO CONSTÂNCIO AND SOARES BARBOSA: GRAMMATICAL CLASHES

Márcia A. G. Molina

Universidade Federal do Maranhão
maguemol@yahoo.com.br

RESUMO:

O último quartel do século XIX deu-se, no Brasil, o que Auroux (1989) chama de gramatização, ou seja, foram lançadas gramáticas feitas por brasileiros, umas filiadas aos preceitos das de inspiração filosófica, outras, das seguidoras do modelo Histórico-Comparativo. Essas duas maneiras de se conceberem os estudos gramaticais geravam polêmicas, como a havida entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro. Nosso objetivo neste trabalho foi analisar as provocações a Soares Barbosa, feitas por Solano Constâncio em sua gramática, em especial, na Etimologia. Ao final das análises, apoiadas na História das Ideias Linguísticas e na História Cultural, percebemos que as críticas deram-se, sobretudo, em virtude de suas filiações.

PALAVRAS-CHAVE: Século XIX - Gramáticas - Francisco Solano Constâncio - Jerônimo Soares Barbosa – Embates

ABSTRACT:

At the end of the 19th Century it occurred in Brazil the fact Auroux (1989) calls grammatization, since several grammars written by Brazilian authors have emerged according to the precepts of the philosophical theory, while others followed the historical comparative model. These two ways of designing grammatical studies generated not few controversies, such as the one between Rui Barbosa and Ernesto Carneiro Ribeiro. The aim of this study was to analyze Solano Constâncio's verbal provocations against Soares Barbosa about

his grammar, especially in Etymology part. At the end of the analysis, based on the History of Linguistic Ideas Linguistic and on the Cultural History, we realize that the criticisms are linked to the author's paradigm affiliation.

KEYWORDS: XIX Century - grammars - Francisco Solano Constâncio; Jerome Soares Barbosa; clashes

Considerações Iniciais

Sabemos que o século XIX constitui um momento ímpar na consolidação de nosso saber linguístico. Em seu último quartel deu-se o que Auroux (1989) chama de gramatização, ou seja, foram dadas a público obras gramaticais feitas por brasileiros a serem utilizadas nas escolas brasileiras, seguindo o programa de exames idealizado por Fausto Barreto para o Colégio Pedro II, muitas das quais de inspiração no modelo histórico-comparativo. Além disso (e por causa disso), no final do século, estudiosos, uns, adeptos aos preceitos das anteriores obras de inspiração filosófica, opunham-se àqueles outros, seguidores das de inspiração no modelo Histórico-Comparativo. Essas duas maneiras de se conceberem os estudos gramaticais geravam polêmicas que ganhavam notícia, como o famoso embate entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, já na virada para o século XX.

Observamos, contudo, que essas querelas aconteciam até mesmo muito antes desses fatos, ou seja, já ocorriam na fase *vernaculista* delimitada por Elia (1975) momento em que nossos estudiosos, de tradição portuguesa, produziam suas obras que acabavam sendo utilizadas no Brasil também.

Nesse período conviveram gramáticos tanto de preocupação totalmente purista, quanto representantes de uma geração ansiosa por afirmação, autonomistas e separatistas (ELIA, 1975).

É nesse momento ímpar, de contradições e embates, que se situa nosso trabalho. Nosso objetivo é analisar as provocações a Jerônimo Soares Barbosa (1875), feitas por Francisco Solano Constâncio (1855), em sua gramática (Gramática Analítica da Língua Portuguesa), em especial na parte em que trata da Etimologia. Esclarecemos que ambos os autores produziram suas obras no período vernaculista, e nelas cotejaremos os conteúdos apontados por este, considerados “erros” na gramática daquele (Gramática Filosófica da Língua Portuguesa). Para que não correremos o risco de avaliar o objeto com nosso olhar hodierno, balizaremos, quando necessário, as obras desses estudiosos com a

de um outro importante gramático do período: Sotero dos Reis (Gramática da Língua Portuguesa).

Ancoramos nossos estudos na História das Ideias Linguísticas Auroux (1989,1992), Orlandi (2001) e Fávero E Molina (2006). E como toda a obra insere-se num determinado contexto histórico e, assim, acaba por revelar as concepções as influências do período, valer-nos-emos também de estudiosos da História Cultural, como (CHARTIER, 1998).

1. Dos autores

1.1 Jerônimo Soares Barbosa¹

Filho de Manuel Freire de São Lázaro e Violante Rosa Soares, nasceu no primeiro quartel do século XVIII, estudou no Seminário Episcopal de Coimbra, fundado pelo bispo D. Miguel da Anunciação e formou-se em Direito Canônico. Foi sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, catedrático de Retórica e Poética no Colégio das Artes e teve como função a inspeção das escolas de Primeiras Letras e de Língua Latina, em Coimbra. Além disso, foi deputado e dirigiu edições de clássicos para escolas. Morreu em Almedina (Portugal), em 1815.

Publicou², além da Gramática Filosófica:

- *Oratio Auspicalis, Habitaet Conimbricæ in Gymnasio Maximo*, 1767.
- Instituições Oratórias de Marco Fábio Quintiliano, 1788.
- Análise dos Lusíadas.
- “As duas línguas”, uma gramática filosófica comparada do português e do latim.
- “Escola popular das primeiras letras dividida em quatro partes” (1796), uma gramática elementar do português com instruções destinadas aos mestres-escola.
- Póetica, tradução e explicação da obra de Horácio, 1791.
- *Oratio in gratiarum actionem Josepho I, Lusitanorum regi fidelissimo, habita Conimbricæ in Gymnasio publico, & coram frequenti Academia V. Non. Octobres*, 1766 .
- *Epitome Universæ et Lusitanæ*.
- Mundo Alegórico ou O Plano da Religião Cristã.

¹ Que passaremos a chamar de Soares Barbosa.

² http://pt.wikipedia.org/wiki/Jer%C3%B4nimo_Soares_Barbosa

1.2. *Francisco Solano Constâncio*

Francisco Solano Constâncio nasceu em Portugal, Lisboa, em julho de 1777. formou-se em Medicina pela Universidade de Edimburgo. Exerceu a atividade de diplomata e jornalista, destacando-se com a publicação de diversos textos de liberais portugueses. Exatamente por isso e receando as consequências da sua simpatia pelo ideário da Revolução Francesa, emigrou do país, em 1808. Percorreu toda a Europa, fixando-se em Paris. Nessa cidade publicou o *Observador Lusitano*, os *Annaes e Novos Annaes das Sciencias e das Artes*, em 1827. Morreu em 1846. Escreveu também:

- Des principes de l'économie politique, et de L'impôt, 1819.
- Gramática Analítica da Língua Portuguesa, 1831.
- Gramática Analítica da Língua Portuguesa : oferecida à mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil, 1851.
- História do Brasil, desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até à abdicação do imperador D. Pedro I, 1839.
- Nouveau dictionnaire portatif des langues française et portugaise, 1834.
- Nouveau dictionnaire portatif des langues française et portugaise, rédigé d'après les meilleurs lexicographes des deux nations , 1842.
- Nouvelle grammaire portugaise, à l'usage des Français, 1862.
- Nouvelle grammaire portugaise, à l'usage des Français, divisée en six parties ... par F.S. Constancio, 1849.
- Nova gramática da língua francesa, 1831.
- Novo mestre inglês , ou Gramática da língua inglesa para uso dos portugueses, ensinada em vinte e cinco lições; extraída das melhores gramáticas inglesas publicadas até hoje, e muito especialmente das de Cobbett, Murray e Siret; rev., cor. e acrescentada por F.S. Constancio, 1837.
- Principes d'économie politique : considérés sous le rapport de leur application pratique, 1820³.

3 Cf. <http://catalog.hathitrust.org/Record/008403373>

2. Visão geral das obras

2.1 Gramática filosófica da Língua Portuguesa (Jerônimo Soares Barbosa)

A *Gramática filosófica da Língua Portuguesa (ou Princípios da Gramática Geral aplicados à nossa linguagem)*⁴, lançada primórdios do séc. XIX⁵, é ancorada nas obras de inspiração filosófica do séc. XVIII, é, de acordo com Ranauro (2015) baseada, em especial, na Gramática de Port-Royal (1660). Muitas vezes reeditada, a *Gramática Filosófica* foi formadora de muitos dos intelectuais do período. Para este trabalho, valemo-nos da editada em 1875

Seguindo a tradição greco-latina, a obra vem dividida em 04 livros: no primeiro, o autor traz um tratado da ortografia, intitulado “Da ortografia ou da boa pronúncia da Língua Portuguesa”, no II, “Da Ortografia ou da boa escritura da Língua Portuguesa” no III, Da Etimologia ou partes da oração portuguesa e o IV Da Sintaxe e Construção. Precedem esses livros a “Introdução”, momento em que o autor “condena o ensino da língua fundamentado na memorização pura e simples das regras com base no *uso*”. Para Barbosa, o ensino deveria c ater-se às “razões das práticas do uso”. (BARBOSA, 1881, p. XIV), assim, define a gramática como “um sistema metódico de regras que resultam das observações feitas sobre os usos e fatos das línguas”. (BARBOSA, 1881, p. XI).

É na Introdução que pontua o método adotado na obra, afirmando seguir os princípios da gramática geral, especificando que “as regras propostas por este método reduzem-se a menos, porque se unem ao mesmo princípio; percebem-se melhor, porque se sabe a razão d’elas; e afixam-se mais na memória, porque se ligam umas com às outras”. (Barbosa, 1875, p. XV).

Para o autor, o método facilita o aprendizado de todas as línguas, levando o aluno a compreender o porquê dos fatos linguísticos (RANAURO, 2015). São os princípios da gramática geral, um século depois adotados por Chomsky, que orientam seus ensinamentos.

Ranauro (opus cit) informa que o autor inspira-se nos “defeitos” encontrados nas obras de Fernão de Oliveira, João de Barros e outros gramáticos para corrigi-los, esclarece o gramático também que se baseara em “quase em tudo” na *Gramática da Lingua Castellana (Gramática de la Lengua Castellana*, de António Nebrija, composta pela Real Academia Hespanhola em 1492).

4 Para facilitar a leitura, procedemos à atualização ortográfica dos nome e dos conteúdo das obras estudadas.

5 1ª edição, póstuma, data de 1822, mas, diz-se que fora escrita muitos anos antes, visto que sua Introdução data de 1803.

Depois, na sequência, passa a dedicar-se a cada um dos livros propostos em sua obra.

2.2 Gramática analítica da Língua Portuguesa (Francisco Solano Constantino)

A obra do autor parte também dos princípios da gramática geral e particular, visto que em seu *Proêmio*, assevera o autor:

As línguas, ainda antes de serem escritas, têm regras invariáveis, as quais derivam da relação natural que existe entre as nossas sensações, ideias e pensamentos, e por conseguinte entre as vozes com que os exprimimos. Por isso, apesar da imensa diversidade de línguas que são ou foram faladas no globo, nota-se entre elas as mais delas grande conformidade de estrutura, ainda quando seus radicais são inteiramente diferentes. (p. 1)

Contudo, mostrando-se já conhecedor dos princípios da gramática histórico-comparativa que começava a fazer escola, continua: “(...) Isso se verifica comparando as línguas da família arábica com as sanscríticas, e as dos indígenas de quase toda a América com precedentes. Em umas aparece como desinência o que em outras é uma palavra inteira e não contrata” (...), mas reforçando sua filiação nos princípios das obras de inspiração filosófica, prossegue (...) mas todas as línguas têm em comum regras ou princípios que constituem a gramática geral ou filosófica (p.2).

E já na parte introdutória, mostra seu criticismo:

Erraram pois os autores que para a gramática portuguesa tomaram por base a latina: e trabalharam às cegas os que pretenderam tomar por único guia os princípios da gramática geral, como se o português fosse uma língua primitiva. Os críticos rigoristas que tanto tem declamado contra os galicismos modernamente introduzidos em português, parecem ignorar que desde a sua origem ele está cheio de palavras e expressões francesas (p.3)

Depois de pontuar sua filiação, apresenta a obra, rompendo com a tradição, dividida em cinco partes: Parte Primeira: Das letras ou Caracteres Vocais; Parte Segunda: Das partes da Oração; Parte Terceira: Das partículas da oração; Parte Quarta: Da sintaxe; Parte Quinta: Da prosódia.

Ao longo de seu texto, chama vários estudiosos, na maioria da vezes, avaliando-os, apontando seus “erros” e os corrigindo, mas o mais atacado durante todo o texto é Jerônimo Soares Barbosa, em sua Gramática Filosófica, como veremos na sequência.

3. Solano Constâncio e Soares Barbosa: embates gramaticais

Muitos são os gramáticos criticados por Solano Constâncio em sua obra. De Fernão de Oliveira a Nebrija, todos são vítimas da pena rigorosa do estudioso, mas nada que se compare às inúmeras censuras tecidas à Soares Barbosa. Durante praticamente toda a obra, os preceitos deste são revistos por aquele, sobretudo na partes I e II da obra. Dada a limitação espacial a que estamos submetidos, restringiremos nossas análises, portanto, nas observações tecidas nessas duas, até o estudo do verbo, deixando as formuladas nas demais para um outro trabalho.

A primeira crítica expressa alude à flexão nominal. Na regra 03 (p.25) em que ensina:

Regra 03: Há nomes de animais que são masculinos e femininos, posto designarem ambos os sexos genericamente, de maneira eu que quando se quer especificar o sexo, é preciso ajuntar ao nome masculino a expressão de *fêmea*, e ao feminino de *macho*. (...)

Acrescenta:

O senhor J.S. Barbosa escreve erradamente *a onça macho*. A razão d’esta singularidade é que a palavra *fêmea* não admite senão a desinência *a*, o que não sucede a *macho*, que, como todos os adjetivos terminados em *o*, admitem a desinência em *a*. Por isso dizemos também *rei-fêmea, macho-fêmea*. (p.26)

Lembramos que discussões como essas a respeito do gênero de algumas palavras foi um século depois discutida por Mattoso Câmara Jr, em sua Estrutura da Língua Portuguesa (1970, p. 88):

(...)É comum lermos nas nossas gramáticas que mulher é o feminino de homem. A descrição exata é dizer que o substantivo mulher é sempre feminino, ao passo que outro substantivo, a ele semanticamente

relacionado, é sempre do gênero masculino. Na descrição da flexão de gênero em português não há lugar para os chamados «nomes que variam em gênero por heteronímia». O que há são substantivos privativamente masculinos, e outros, a eles semanticamente relacionados, privativamente femininos. Tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa, se se estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo, ou a ausência de sufixo, em forma nominal não-derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. (...)

Novamente, na flexão de gênero, agora pontuando o *neutro*, informa:

Apesar da asserção de muitos dos nossos gramáticos imbuídos das noções derivadas do estudo do latim, sendo um dos mais recentes o senhor J.S. Barbosa, não existe em português desinência que não seja masculina, feminina, ou comum de dois: e não há em português, nem em dialeto algum do latim, terminação neutra correspondente às latinas, em *-ud, um, al, etc.* (...)

De fato, Soares Barbosa, quando discute a flexão dos nomes, preconiza:

Gênero: quer dizer *classe*, e esta é a coordenação de muitos indivíduos ou coisas que têm alguma qualidade comum a todos: e como todos os animais naturalmente se distinguem em duas classes ou gêneros, segundo os dois sexos de *macho* e de *fêmea*, os gramáticos puseram os nomes dos primeiros na classe ou *gênero masculino*, e os dos segundos no *feminino*. Estas são as classes naturais, em que entram só os animais. Todos os mais seres que são têm sexo algum, deveriam ser arranjados na classe ou *gênero neutro*. (p.86)

Depois, em relação especificadamente ao *gênero neutro*, Solano Cons-tâncio repete:

Do gênero neutro

Apesar da asserção de muitos dos nossos gramáticos imbuídos das noções derivadas do estudo do latim, sendo um dos mais recentes o senhor J.S. Barbosa, não existe em português desinência que não seja masculina, feminina, ou comum de dois: e não há em português, nem em dialeto algum do latim, terminação neutra correspondente às latinas (...) (p. 30)

A esse respeito, Ranauro (opus cit, p. 279), esclarece que Soares Barbosa “apresenta as regras quanto às terminações pelos quais os nomes se relacionariam aos gêneros masculino, feminino ou neutro”, lembrando que o autor faz um inventário a partir do que observara nos fatos e usos da época, “e não a partir de regras arbitrárias, apriorísticas” como se habituara a mencionar.

Na flexão de número, mais uma vez, Solano Constâncio ataca Soares Barbosa, quando trata dos nomes plurais. Leciona:

Finalmente há nomes plurais, como *ondas, andilhas, algemas bofes, calças, bragas, calções, ceroulas, (...) tesouras, ventas* que exprimem duas cousas ligadas, formando uma só, ou que têm duas porções iguais ou mui semelhantes, ou cousas que emparelham, mas é erro crasso dizer que estes nomes tem dual. (...) Não compreendo como pôde cair em tal erro o senhor Jerônimo Soares Barbosa na sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (p. 35).

Revisando a obra do criticado, em relação a este tópico, efetivamente, lemos: “Tem só dual os nomes que significam parêlas de duas coisas juntas, como *ondas, andilhas, alforjes, algemas.....(....)* (p. 92). Sotero dos Reis (1871) não discute na flexão de número questão como essa.

Quando arrazoa o *nome adjetivo* informa:

A denominação do adjetivo é vaga e incorreta: vaga, porque há outras partes da oração, como o advérbio, que ajuntam ao sentido do nome; incorreta, porque os chamados adjetivos, muitas vezes, em vez de ajuntar uma ideia à que o nome exprime, antes abstraem d’ele um dos elementos constituintes do indivíduo” (p.34)

E recrimina (em nota) a posição de Soares Barbosa:

O Sr. J. Soares Barbosa obscureceu e enredou singularmente a matéria no seu capítulo de *nome adjetivo*, onde se encontram quase tantos erros como frases. 1ª Sustenta que *o adjetivo tem duas significações, uma distinta, porém indireta, que é a do atributo; e outra confusa porém direta, que é a do sujeito*. E prossegue: “Esta palavra branco significa diretamente um sujeito qualquer indeterminadamente, que tem brancura; e indiretamente, mas com toda clareza e distinção. A qualidade da cor” 2º Diz que o sujeito que o adjetivo indica, *necessariamente há de ser um nome comum ou apelativo, que só é suscetível*

de modificações, e determinações por ser de sua natureza vaga e indeterminada. (p.35)

Apontado o “erro”, propõe:

Fácil é mostrar o erro desta doutrina. Branco aplica-se a todos os sujeitos susceptíveis de possuírem essa cor, mas não significa todos esses sujeitos. Pelo contrário, este adjetivo na sua primeira significação exprimia um objeto eminentemente branco(...) Quanto à segunda asserção, basta nota que *solar*, vem de sol, que é único e *celeste*, vem de céu que também é um; lunar de lua, polar, de polo (do norte) etc. As terminações *abil*, *ibil*, vem do saxão, abal que significa *força*, *potência*. (p.36)

Sotero dos Reis (opus cit), ao tratar dos adjetivos, leciona:

O adjetivo qualifica quando exprime alguma qualidade da pessoa ou coisa designada pelo substantivo (...), como se vê nestes exemplos: *homem prudente rocha dura* (...). Aqui o adjetivo *prudente* exprime uma qualidade accidental ao homem (...) o adjetivo *dura* exprime uma qualidade inerente à rocha (...).

O adjetivo determina quando indica de uma maneira positiva a pessoa ou coisa designada pelo substantivo, como se observa nos exemplos: este homem, aquela casa (...) (p.10)

Soares Barbosa, primeiramente, atribui ao Substantivo e Adjetivo funções distintas; e ao adjetivo o papel de qualificar e determinar. Em relação a isso, Fávero (1996) esclarece que a distinção proposta por esse autor remonta à gramática medieval, em especial, à Prisciano, e que a bipartição dos adjetivos não é adotada nem por Sanchez, nem pela Grammaire de Port Royal, seguida por Solano Constâncio.

Continuando nos Adjetivos, mais uma vez Solano Constâncio (SC) critica Soares Barbosa: “As regras que dá o Sr. J.S.Barbosa para conhecer quais são substantivos e quais adjetivos, são pueris.” (p.37). As regras a que se refere SC são:

Todo adjetivo pois concorda necessariamente com um nome apelativo do gênero ou espécie a que pertence o sujeito sobre que ele cai. Assim, *Pedro é bom*, quer dizer que *Pedro é homem bom*, e da

mesma sorte nos mais. Concordando sempre o adjetivo com um nome substantivo, e esse comum, e não podendo concordar sem que o nosso entendimento perceba a conveniência de um com o outro, segue-se que todo adjetivo com o seu sujeito, ou substantivo, equivale a uma proposição incidente (...)

(Gramática Filosófica, p. 96).

Mais uma vez, percebe-se a filiação de Soares Barbosa (SB) à Grammaire, como já dito anteriormente.

SC informa ainda que Soares Barbosa peca quando diz que “são adjetivos todos os nomes duvidosos que admitem graus de aumento e de diminuição” (p.38). SC julga “incontestável e bem vulgar, que infinitos substantivos admitem desinências aumentativas e diminutivas como homem, mulher e até cousa” (p.38).

Na discussão dos pronomes, leciona SC: (p.41):

Alguns designativos pessoais (pronomes) ou de quantidade, tem três terminações: uma masculina, outra feminina, e a terceira sem gênero, porque é indeterminada e não designa pessoa ou coisa certa, mas sim uma frase, um pensamento. Esta terceira terminação não corresponde ao gênero neutro dos latinos, posto que dela seja tirada, porque não concorda com substantivo algum.

E, na sequência, nova avaliação é feita em relação à obra de Soares Barbosa:

O Sr. J.S. Barbosa até assevera que nas frases seguintes existe o gênero neutro: *o sublime, o belo de um pensamento*. Não refletiu que estas expressões são idênticas a – *a sublimidade, a beleza de um pensamento*; e que nelas a natureza essencialmente substantiva de todo o adjetivo é designada pelo artigo *o* que individualiza a qualidade sublime, bela. De um adjetivo substantivado fez um neutro ! (p.42)

Para Sotero dos Reis (opus cit), os qualificativos têm duas terminações genéricas, não se referindo a uma terceira, nem indeterminada (como SC) nem neutra (como SB).

Julgamos importante pontuar que Solano Constâncio, quando trata do gênero indeterminado e informa que esse diz respeito a uma frase ou a um pensamento, está apontando para a função referencial (dêitica) do pronome, discutida um século depois, na Linguística Textual.

Contrariamente a muitos estudiosos contemporâneos e até sucedâneos⁶ a ele, parece que SC tem bem, de fato, clara a noção de que a Língua Portuguesa é diferente em vários pontos da latina. Isso fica explicitado, quando, por exemplo, ensina: “Por meio do artigo e das preposições *de, a, por* se exprimem em português as relações dos nomes que em latim são designadas pelos casos ou terminações.” (p.44)

Ainda no tratamento do *pronome*, SC informa: “*Todo* não é universal distributivo e equivalente a *cada* nas frases *todo o homem, em toda a parte*, como quer o Sr. J.S.Barbosa. É universal coletivo comum e compreende todos os indivíduos designados pelos nomes comuns” (p.47).

De fato, SB, ao tratar do assunto, assevera:

A Língua Portuguesa não tem senão um coletivo universal que é no singular *todo* para o gênero masculino, *toda* para o feminino e *tudo* para o neutro; e no plural *todos*, para o masculino e *todas* para o feminino. Não é determinativo senão quando precede o nome apelativo. (p. 118)

Sotero dos Reis (opus cit) parece comungar com o ponto de vista de SB. Leciona o gramático maranhense:

Todo só é partitivo quando se antepõe ao nome apelativo, como aqui: *Todo homem é mortal*; isto é, *todo e qualquer homem* ou *todo d’entre os homens*. Quando porém se pospõe ao nome apelativo, *todo* converte-se em coletivo universal, porque exprime ideia de totalidade (...) (p.28)

Ainda nos pronomes, agora no interrogativo *qual*, SC informa: *Qual* interrogativo corresponde a *qualis* latino de que é derivado, e exprime o desejo de saber a qualidade, a natureza, o caráter distintivo da pessoa ou cousa (...) Ex. *Qual* desses monumentos é do tempo dos Romanos? *Qual* é o caráter distintivo dos templos góticos? (...) (p.57), censurando, na sequência SB:

Nessas interrogações não se subentende, como quer o Sr.J.S.Barbosa, a longa frase: *dize-me a cousa, a qual cousa: dize-me o caráter, o qual caráter é distintivo*, etc. O tom interrogativo exprime o desejo de saber a cousa enunciada na pergunta.

6 João Ribeiro (1881), por exemplo, em sua Gramática Portuguesa, traz a declinação dos pronomes no capítulo em que trata dessa classe.

Anos depois, Said Ali (2008, p. 89)⁷ apontaria a necessidade de se analisar a língua dita e não a subentendida, da mesma forma como se posicionou SC:

Fantasiamos possibilidades, socorremo-nos de sujeitos imaginários, fingimos a sua existência, ou então, sentindo-nos incapazes de analisar uma frase diretamente, substituímo-la por outra, linguisticamente diversa, e analisamos a segunda. Em suma, não analisamos: sofismamos a análise.

Ao discutir o pronome *quem*, evoca SB novamente: “*Quem* não é contração de *que homem* como afirma o Sr. J.S. Barbosa, é voz derivada do latim, em que não entra a palavra *homo*. *Quis* latino é contração manifesta de *qui es* ou *est*.”(p.58).

Essa discussão durou anos e foi apontada em diversas obras do período científico⁸, apontado por Elia (opus cit). No tratamento do *verbo*, assim define essa classe: “Verbo é o termo com que exprimimos ação, ato ou estado, relativamente à pessoa ou pessoas, ou coisas personalizadas, e ao tempo, ao modo. O ato ou estado pode ser absoluto, dependente, determinado, indeterminado, definitivo ou indefinito”. (p. 69)

Depois, avalia o conceito dessa classe em várias gramáticas. Em relação a SB, censura:

O verbo, diz ele, é uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com seu sujeito, debaixo de todas as suas relações de pessoas e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade do um com o outro, por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir(p.71)

Já havia afirmado anteriormente (p.69), em relação a conceito similar de Moraes e Silva:

Além da confusão que nesta definição introduz a dependência que estabelece entre o sujeito e atributos das sentenças ou orações, é errônea, porque mui bem se pode exprimir o pensamento por meio de um verbo, sem auxílio de nenhuma outra palavra e por conseguinte

7 7ª edição da Academia Brasileira de Letras

8 Cf Fávero e Molina (2006).

sem oração composta de sujeito e atributo. Quando digo: *foge ! corre ! viver, morrer, dormir*, não preciso de mais palavras para ser compreendido.

Novamente, percebe-se que sua posição é contrária à Grammaire⁹ em que se inspiraram Moraes e SB. Essa obra leciona: “É exatamente isso é o verbo, uma palavra *cujo principal emprego é significar a afirmação.*” (p. 86)

No tratamento do verbo, quando discute os tempos verbais, explica o *condicional* ou *supositivo* “indeterminado, exprime um ato sujeito a uma condição ou suposição eventual, que pode referir-se ao tempo passado ou futuro” (p. 89). E continua sua explanação, contradizendo SB: “Por isso errou o Sr.J.S. Barbosa, em chamar a este tempo pretérito perfeito condicional.(...).

O que hoje chamamos de Futuro do Pretérito chegou a ser considerado modo verbal por estudiosos do século XIX, inclusive por Sotero dos Reis (opus cit), dada a dificuldade de compreendê-lo. A postura de SC parece-nos precursora, visto que poucos tinham essa percepção de ser um futuro no pretérito (uma probabilidade), característica desse tempo.

Ao arrazoar acerca do Subjuntivo, critica SB novamente que chama de *presente imperfeito* ao que ele chama de “*futuro próximo* ou *optativo* e *presente perfeito* o tempo citado de *ter* ou composto do supino com o tempo citado de *ter* ou *haver*. Ex. *Tenha ou haja amado.*” (p.92). Mais uma vez, SC nomeia esses tempos do subjuntivo como muitos autores que lhes foram sucedâneos. Sotero dos Reis, por exemplo, propõe os seguintes tempos do modo *conjuntivo*¹⁰: presente, pretérito imperfeito e futuro (p. 131,132).

As críticas a SB cessam na *Etimologia*, quando SC aponta a existência de participios duplos: “O Sr. J.S. Barbosa na sua elaborada Gramática notou o fato sem o explicar, erradamente incluiu no número dos participios de duplicada aceção, passiva e ativa, os seguintes que dela carecem: *crescido* (...) *desconfiado* (...) *parecido*(...) *pausado* (...)”

Considerações finais

Antes de tudo, temos de verbalizar nossa estupefação ao encontrar tantas críticas à obra de Soares Barbosa, esquecida por alguns, lembrada e seguida por muitos autores do século XIX, dada sua profundidade e vanguardismo.

9 1ª edição brasileira (1992).

10 Como ocorre nas gramáticas atuais.

Fávero (1996) pontua:

A Gramática Filosófica da Língua Portuguesa é para muitos uma obra presa à tradição greco-latina e à Grammaire de Port-Royal. A análise que aqui se fez procurou mostrar que se ele se inspirou na tradição greco-latina, em Sánchez, Port-Royal e Enciclopedistas, esta dependência não põe em risco a novidade da Gramática e certos aspectos que ela levanta são muito caros à linguística moderna (...) (p. 252)

Ranauro (2015) assevera:

Trata-se, na realidade, o que constatamos em vários momentos de nosso trabalho, de um pré-conceito em relação, à princípio à própria gramática filosófica em si, frequentemente acusada de basear-se em princípios estatuídos *a priori*, com base na ciência da Lógica, o que não corresponde à realidade quando se trata de uma gramática de uma língua particular, que parte exatamente dos fatos dessa língua, como não poderia deixar de ser. (p. 457)

Conforme íamos lendo SC e assinalando os pontos em que não deixava de abjurar seu “colega”, quis nos parecer que a grande crítica é que SB demonstra real apego à tradição grego-latina, tomando a Língua Portuguesa como a Latina. Ventura (1995) informa que, nessa época “desaparecia da cena histórica o bacharel combatente, com seu saber enciclopédico, substituído por escritores e intelectuais partidários ou especializados” (p.46).

Afora isso, SC parece querer romper em muitos aspectos com os ensinamentos da Grammaire, obra em que muito se baseara SB e, sobretudo na questão do verbo, essa ruptura acabou por mostrar um estudioso perspicaz e visionário, tanto que sua definição de verbo foi seguida por muitos e até hoje encontrada em obras gramaticais.

Além disso, em determinados pontos da obra, pareceu-nos enxergar uma pitada de ressentimento, visto que a Gramática Filosófica fora financiada pela imprensa régia. A esse respeito, quando aponta o “erro” no dual, afirma: “Não compreendo como pôde cair em tal erro o Senhor Jerônimo Soares Barbosa, na sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, que a Academia de Ciências de Lisboa a imprimiu a suas custas em 1822” (p.42). Remontando a Elia (1975), ousamos dizer que SB seria representante do que chamou de Geração de Puristas, enquanto SC da Geração de Autonomistas e Separatistas.

Lembramos com Ventura (opus cit) que “o progresso e a modernização foram questões centrais para os letrados do século XIX” (p.40) e, por isso, talvez, Solano tenha realçado em sua obra a importância do espírito científico, frisando em vários momentos que a Língua Portuguesa não era, como queriam muitos, “espelho da Latina”¹¹.

Referências

- ARGOTE, J.C. de. Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da Língua Latina pelas regras da Portuguesa Lisboa: Oficina de Música, 1725
- ARNAULD, A. & LANCELOT. Gramática de Port-Royal. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Trad Bruno F.Basseto.
- AUROUX, S. A Revolução Tecnológica da Gramatização. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- _____. Histoire des Idées Linguistiques .Paris: Pierre Mardaga Editeur, Tomo1, 1989.
- BARBOSA, J.S. Gramática Filosófica da Língua Portuguesa. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1875.
- CÂMARA JR. M. Estrutura da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Vozes, 1970
- CHARTIER, R. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priore, Brasília: Editora UnB, 1998
- ELIA, S. Ensaio de Filologia e Linguística. Coleção Littera. 1975.
- FÁVERO, L.L. e MOLINA, M.A.G. Concepções Linguísticas no Brasil: Século XIX. A Gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- _____. As concepções Linguísticas no século XVIII: A gramática Portuguesa. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- FIGUEIREDO, A. A. de Resenha Breve das Ideias Gramaticais dos gregos aos nossos dias. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1957.
- RANAURO, H. Para compreender uma gramática filosófica: uma análise crítica e comparativa da *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* de Jerônimo Soares Barbosa. Rio de Janeiro, Editora Alternativa, 2015.
- SAIDALI, M. Dificuldades da Língua Portuguesa: Estudos e Observações. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2008 - 7ª edição

11 Nesse sentido, lembramos o nome da obra de Argote: **Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da Língua Latina pelas regras da Portuguesa**, 1725.

SOLANO, F.C. *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*. Portugal: Casa de J.P.Aollaud, Monlon, E.C, 1855.

SOTERO DOS REIS, F. *Gramática Portuguesa*. Maranhão: Typ. De R. Almeida e editores, 1871.

Recebido em 20 de agosto de 2015.

Aceito em 20 de setembro de 2015.